



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12521 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd Nordeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT10 - Alfabetização, Leitura e Escrita

Política Nacional de Alfabetização (PNA): O que dizem as professoras alfabetizadoras
 Maria Couto Cunha - UFBA - Universidade Federal da Bahia
 Tarcyla Coelho de Souza Marinho - PREFEITURA MUNICIPAL

POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO (PNA): o que dizem as professoras alfabetizadoras

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo se insere nas discussões sobre alfabetização e formação continuada de professoras alfabetizadoras, interessado no dizer destas profissionais sobre o curso Prática de Alfabetização, inscrito no programa Tempo de Aprender, o qual integra a Política Nacional de Alfabetização, doravante PNA. Tem como objetivo compreender como os aspectos teórico e metodológicos inscritos no curso Prática de Alfabetização se manifestam no discurso docente.

No que pese os avanços qualitativos alcançados no ensino da leitura e da escrita, um número significativo de alunos permanece vítima de um processo de alfabetização quase sempre mecânico e descontextualizado, que ofusca a dimensão histórica, cultural e social das práticas de leitura e de escrita, deixando grande parte da sociedade frustrada diante da divulgação de indicadores de qualidade da educação.

No que se refere ao contexto baiano, conforme apontam os dados produzidos pelo Fórum Estadual de Educação da Bahia (Feeba) em 2020, por meio do relatório intitulado A Educação no Estado da Bahia frente às metas do Plano Estadual de Educação e Plano Nacional de Educação, a alfabetização de crianças se constitui em um importante desafio a ser

superado. Tomando por base o desempenho dos alunos baianos em leitura na ANA de 2016, o relatório supracitado observa que 36% dos alunos estão no nível 1, e 37% no nível 2, que, somados, atingem um contingente de 73% de alunos na categoria insuficiente.

Considerando a problemática em tela, o estudo em tela foi orientado pela seguinte questão: como os aspectos teórico e metodológicos inscritos no curso Prática de Alfabetização se manifestam no discurso das professoras alfabetizadoras? Para corresponder e alcançar a dimensão do questionamento apresentado, seguiremos a orientação de abordagem qualitativa, utilizando-se da análise de documentos oficiais referentes a PNA, bem como da entrevista semiestruturada com uma professoras alfabetizadora cursista do curso supracitado. A identidade da mesma foi preservada por meio da adoção de nome fictício.

O artigo está organizado em três seções. A primeira seção inclui essa introdução. A segunda seção caracteriza a PNA e apresenta os resultados dos dados produzidos no campo empírico. Por fim, a terceira seção apresenta a síntese final do estudo realizado.

2 A POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO

Baseado no argumento da crise de aprendizagem, inicialmente identificada em 2003, por meio do relatório “Alfabetização Infantil: os novos caminhos”, elaborado por um grupo de trabalho convocado pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, posteriormente reafirmado pelos resultados de avaliações em larga escala, tal como o Programme for International Student Assessment (Pisa) e da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), o Ministério da Educação (MEC), tendo em vista reverter tal crise e corrigir a rota das políticas públicas de alfabetização até então desenvolvidas no país, instituiu a PNA por meio do Decreto nº. 9.765, de 11 de abril de 2019. A PNA dispõe como finalidade melhorar a qualidade da alfabetização no Brasil e combater o analfabetismo absoluto e funcional, abrangendo as diferentes etapas e modalidades da Educação Básica e da educação não formal (BRASIL, 2019a). Moraes (2019, p. 66) destaca que a política em tela “[...] revela duas faces que estamos vivendo, quando o tema é política pública em Educação no Brasil: a face do autoritarismo e a da mercantilização”.

Nesse sentido, vemos que o interesse de instaurar o método fônico teve início em 2003, quando da produção do relatório encomendado pela Câmara de Deputados, com a colaboração dos mesmos pesquisadores envolvidos na construção da PNA, o qual foi interrompido pelo projeto de nação advogado pelo governo democrático de esquerda. Com o golpe de 2016, essas forças políticas antidemocráticas assumem o poder, trazendo de volta a proposta do método fônico, dessa vez adotado pelo discurso oficial, como se o método se instaurasse por decreto. A PNA se desdobra em dois programas: Conta para Mim e Tempo de Aprender, este último, objeto de nosso olhar.

2.1 O Programa Tempo de Aprender

O programa Tempo de Aprender foi Instituído pela Portaria nº 280, de 19 de fevereiro de 2020 voltado para o aperfeiçoamento, o apoio e a valorização do magistério, abrangendo desde a pré-escola até o 1º e 2º anos do ensino fundamental, com o objetivo de aprimorar a alfabetização no país. O programa abrange um conjunto de quatorze ações organizadas em quatro eixos, são eles: formação continuada de profissionais da alfabetização; apoio pedagógico para alfabetização; aprimoramento das avaliações da alfabetização e valorização dos profissionais de alfabetização.

Com base na Portaria acima mencionada, o eixo formação continuada de profissionais da alfabetização foi criado com o intuito de capacitar e aperfeiçoar o conhecimento dos professores, estes entendidos como parceiros do MEC para melhorar o desempenho dos alunos. O eixo é composto por 4 ações: formação continuada para professores alfabetizadores e para professores da educação infantil; formação continuada para gestores escolares das redes públicas de ensino; programa de intercâmbio para formação continuada de professores alfabetizadores e desenvolvimento profissional cooperativo.

Ainda com base na mesma Portaria o curso é oferecido na versão onlinee presencial. Este último, ainda não oferecido. Na modalidade online, destacamos o curso Práticas de Alfabetização, com carga horária de 30 horas é destinado principalmente a professores, coordenadores pedagógicos, diretores escolares e assistentes de alfabetização, aberto também para gestores de redes educacionais e para toda a sociedade civil interessada.

O curso é composto por 7 módulos, todos eles fundamentados teoricamente na ciência cognitiva da leitura. Monteiro (2019) argumenta que o conceito de alfabetização adotado pela PNA se fundamenta nas ciências cognitivas para estimular o ensino da língua escrita, especificamente na ciência cognitiva da leitura. Muito embora reconheça a relevância desta área do conhecimento para a fase inicial da aprendizagem da língua escrita, a autora adverte quanto ao perigo de uma ação pedagógica orientada por um único referencial teórico, o que pode comprometer a análise dos resultados. Em suas palavras

Desse modo, vemos com preocupação o movimento nacional para garantir às crianças o direito a alfabetização, centrado na aprendizagem da aquisição da leitura e da escrita como simples processode codificação e decodificação, dificilmente será, capaz de saldar a histórica dívida brasileira referente às questões de educação como bem comum e direito ao desenvolvimento humano pleno.

2.1 Resultados e discussões

A histórica disputa em torno da concepção de alfabetização implicou flutuações nas concepções eleitas para basear as políticas nesta área, fazendo com que, em cada momento, uma faceta da alfabetização se tornasse hegemônica no discurso oficial do MEC, materializado em programas de formação continuada de professoras alfabetizadoras.

Conforme discutido anteriormente, a PNA, contrariando todo o histórico investigativo produzido no campo da alfabetização, bem como suas múltiplas facetas, baseada na alegação do uso impreciso do conceito de alfabetização (BRASIL, 2019b), elege as ciências cognitivas, especificamente a ciência cognitiva da leitura, como o único caminho, decretando que não há outras concepções teóricas. Com isso, traz de volta à cena política o método fônico, até então tido como superado, reascendendo as disputas em torno do melhor método de alfabetização.

Tendo em conta o curso da história, buscamos saber a visão da professora colaboradora Rita quanto a sua percepção sobre o curso Prática de Alfabetização. De forma entusiasmada, Rita contou sobre a importância do curso para ampliar seus conhecimentos e abrilhantar suas aulas, dizendo se tratar de um curso que agregou valor ao seu trabalho, acrescentando “o curso somou, tinha coisas que eu não sabia, ele mostra para gente o conhecimento científico, o como a criança aprendia”.

Lemos, no que disse a professora Rita, pouco aprofundamento quanto ao estudo teórico realizado, uma certa incompreensão e inconsistência sobre a fundamentação teórica abordada no curso, o qual elege o método fônico, centrado no ensino, como caminho para alfabetizar, ao trazer na sua fala a aprendizagem do ‘como a criança aprende’, uma vez que essa preocupação se inscreve na perspectiva construtivista de Emília Ferreiro e Ana Teberosky, inserida na matriz teórica do cognitivismo de Jean Piaget.

Importa dizer que Ferreiro e Teberosky (1985), ao propor a teoria construtivista, opõem-se aos métodos clássicos (sintéticos e analíticos), os quais descuidam de aspectos considerados fundamentais para a compreensão dos processos de alfabetização pelo qual passam as crianças. Embora as autoras não tenham proposto uma teoria da aprendizagem, seu trabalho foi muitas vezes didatizado como tal, em função de equívocos de interpretação. Assinalamos de passagem que o paradigma construtivista toma como foco do processo educativo o processo de aprendizagem, mas não tem a pretensão de propor um novo método de alfabetização.

Na continuidade da entrevista, Rita foi nos contando sobre suas aprendizagens no curso, citando o princípio alfabético como uma delas, considerando-o elemento determinante para a criança aprender a escrever, dizendo “independente da alfabetização e do letramento, nós temos que saber do princípio alfabético, só depois as rimas, aliterações, consciência silábica, vocabulário, aspectos falados no curso” e responsabilizou a ausência desse conhecimento a sua participação no programa Pacto Nacional pela Alfabetização (PNAIC). Ao prosseguir na sua resposta, ela descreveu o que seria o princípio alfabético “o princípio

alfabético é a criança saber o nome da letra, o som da letra e como riscar a letra, que é a decodificação”.

A fala de Rita confunde o método fônico como abordagem da consciência fonológica e o ensino do funcionamento do sistema alfabético, o que não se sustenta. Isso demonstra como a falta de conhecimento quanto ao referencial teórico abordado faz com que a professora associe, de forma equivocada, uma coisa à outra. No que disse a professora alfabetizadora, observamos uma apropriação inadequada do campo conceitual, que também diz respeito à pouca compreensão das concepções de alfabetização em jogo. Isso nos permite inferir que houve pouca apropriação das concepções de alfabetização estudadas tanto no PNAIC quanto no curso Prática de Alfabetização.

Na sequência do que foi dito, perguntamos se a professora tinha conhecimento sobre a teoria que embasava o curso, ao que a mesma respondeu se tratar de uma abordagem que envolvia os métodos sintéticos e analíticos, de modo que estes devem ser trabalhado juntamente com o princípio alfabético. Para nossa surpresa, a professora para explicar como seria esse trabalho, traz as hipóteses de escrita de Emília Ferreiro, dando a entender que há no seu fazer cotidiano um hibridismo entre os métodos de alfabetização citados e o construtivismo, trazendo como síntese “primeiro a gente trabalha as letras, as palavras e depois o texto e antes era diferente”, demonstrando se alinhar ao que propõe a nova política de alfabetização, assumindo por fim trabalhar mais com o método fônico.

Com base no discurso de Rita, podemos afirmar que a necessidade de codificar e decodificar foi eleito pelo discurso oficial do MEC como o melhor caminho para orientar o trabalho das alfabetizadoras, com vista a alfabetizar todas as crianças até o 2º ano do ensino fundamental, reascendo as discussões em torno do melhor método para alfabetizar, o que já parecia algo superado no campo da alfabetização, a partir dos anos 1980 quando nos voltamos para o campo das perspectivas teóricas. Nesses termos, as exigências requeridas pela economia global, qual sejam, erradicação do analfabetismo e formação de mão de obra especializada, seriam em tese contempladas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não temos dúvidas da relevância social da alfabetização na vida individual e coletiva dos sujeitos, para que estes possam participar com autonomia das práticas sociais de leitura e de escrita que atravessam o cotidiano, muito menos do seu valor enquanto bem comum. Contudo, vemos a luta pela alfabetização de todos se apoiar na necessidade de aprendizagem do código escrito, para o qual bastaria apenas o domínio técnico da escrita e da leitura, afastando do processo de alfabetização o tom crítico e político capaz de promover, naquele que aprende, práticas sociais que lhe permitiriam transformar a si e aos outros, bem como de

propor soluções para problemas vividos pelos próprios sujeitos

Em sentido contrário, o programa Tempo de Aprender inscrito no âmbito da PNA se afina com as demandas de mercado, as quais, ao invés de favorecer a libertação dos homens por meio da promoção de práticas sociais de leitura e escrita, aprisiona-os por meio de um processo de alfabetização opressor, que intenta manter o sujeito que aprende na condição de subserviência, tendo em vista a manutenção da cultura hegemônica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019. Institui a Política Nacional de Alfabetização. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, Edição Extra, Seção 1, p. 15, 11 abr. 2019a. Disponível em: <https://bit.ly/3GGjIJs>. Acesso em: 20 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. PNA: Política Nacional de Alfabetização. Brasília: MEC, 2019b. 54 p.

BRASIL. Portaria nº 280, de 19 de fevereiro de 2020. Institui o Programa Tempo de Aprender, que dispõe sobre a alfabetização escolar no âmbito do Governo Federal. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, Edição: 37, Seção 1, p. 69, 21 fev.2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-280-de-19-de-fevereiro-de-2020-244584539>.

GOULART, Cecília. A propósito da política nacional de alfabetização - MEC 2019, considerações críticas. **Revista Brasileira de Alfabetização**, Belo Horizonte, v. 1, n. 10 – Edição Especial, p. 91-93, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3JckK1B>. Acesso em: 1º set. 2020.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da língua escrita. Tradução de Diana MyrianLichtenstein, Liana Di Marco e Márcio Corso. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

MONTEIRO, Sara Mourão. A concepção de alfabetização na Política Nacional de Alfabetização – MEC/2019. **Revista Brasileira de Alfabetização**, Belo Horizonte, v. 1, n. 10 – Edição Especial, p. 39-43, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3JjnXfT>. Acesso em: 31 ago. 2010.

MORAES, Arthur Gomes. Análise Crítica Da PNA (Política Nacional de Alfabetização) imposta pelo MEC através de decreto em 2019. **Revista Brasileira de Alfabetização**, Belo Horizonte, v. 1, n. 10 – Edição Especial, p. 66-75, jul./dez. 2019. Disponível em:

<https://bit.ly/3JjnXfT>. Acesso em: 31 ago. 2020.